



AS DEPUTADAS FEDERAIS NA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: QUEM SÃO ELAS E COMO CHEGARAM LÁ?

WOMEN IN CHARGE OF THE PRESIDENCY AND VICE-PRESIDENCY OF THE PERMANENT COMMITTEES OF THE CHAMBER OF DEPUTIES: WHO ARE THEY AND HOW TO GET THERE?

Elisabete Busanello¹
Malena Rehbein²

Resumo: A pesquisa se insere no campo dos estudos de gênero e tem por objetivo analisar como ocorreu a ocupação em cargos de presidente e vice-presidente de comissões permanentes, pelas deputadas federais, e estudar as características do perfil dessas parlamentares no período da 52ª à 54ª legislaturas. Verificou-se por meio de pesquisa quali-quantitativa como ocorreu a distribuição de cargos, enquadrando-se as comissões em categorias “*hard, midle e soft politics*”. Para analisar as características desse grupo de parlamentares utilizou-se o método prosopográfico. Concluiu-se que, elas estiveram na presidência das comissões de categorias *soft e midle politics*. Alguns dos resultados encontrados, com relação ao perfil prosopográfico, revelaram que a maioria era casada; com faixa patrimonial baixa (menos de R\$ 200 mil); com indicação para esses cargos por partidos de espectro político “de esquerda”; possuía capital familiar (35%) e trajetória política oriunda, principalmente, de capital decorrente da participação em movimentos sociais (42%); não possuía parentesco na política (64%); e tinha experiência nas áreas públicas dos Poderes do Executivo e Legislativo.

Palavras-Chave: Deputadas federais; Representação política; Presidência e vice-presidência de comissões permanentes; Elite parlamentar.

Abstract: This research aims to analyze how presidency and vice-presidency positions were executed in permanent commissions by congresswomen, as well as to study their profiles during the 52nd and the 54th legislative terms. A quali-quantitative research was carried out to verify how job positions in the commissions were distributed according to “hard, middle and soft power”. In order to better analyze the features of that group of parliamentarians, the prosopographical method was adopted. The findings show that the congresswomen were in presidential positions of commissions within *soft and middle power* categories. Regarding the prosopographical profile, some of the results show that the majority was married, with a low home equity (under R\$ 200,000). In addition, they were nominated to those positions by “left-wing” political parties and had developed political careers funded mainly from social movement (42%), and family capital (35%). Sixty-four percent of them had no family ties in politics, yet they had worked in the public sector, in Executive and Legislative branches.

Keywords: Congresswomen; Political representation; Presidency and vice-presidency positions; Permanent commissions; Parliamentary elite.

1 Introdução

O tema gênero tem sido discutido pela sociedade suscitando debates e levantando opiniões diferentes, tanto de seus defensores quanto de seus opositores. Esteve em evidência,

¹ Advogada. Mestre em Poder Legislativo pela Câmara dos Deputados (elisabete.busanello@camara.leg.br).

² Doutora em Ciência Política e Sociologia pelo IUPERJ. Mestre em Relações Internacionais e Teoria Política Contemporânea pela Universidade de Westminster. Mestre e Bacharel em Comunicação pela Universidade de Brasília. Analista legislativo da Câmara dos Deputados e professora do Mestrado em Poder Legislativo (Cefor) (malena.rodrigues@camara.leg.br).

As Deputadas Federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados: quem são elas e como chegaram lá?

por exemplo, em 2011, quando a primeira deputada ingressou no rol dos integrantes da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados; no debate sobre a reforma política e sobre a PEC 590/2006³, e, frequentemente, é citado nas comemorações do Dia Internacional da Mulher. Gênero também é uma categoria que pode ser utilizada para análise das desigualdades entre homens e mulheres nos diversos espaços.

As desigualdades entre mulheres e homens são observadas inclusive no campo político. Por exemplo, elas se expressam, na Câmara dos Deputados, em termos de representação política, sob a forma de sub-representação política feminina (AVELAR, 2001; MIGUEL; FEITOSA, 2009; MIGUEL; BIROLI, 2011; MOISÉS; SANCHEZ, 2014). Para além da dificuldade de ingresso na instituição Câmara dos Deputados, pode-se dizer que há outra barreira de acesso às mulheres: a ocupação de postos estratégicos de poder dentro da casa legislativa.

Questionou-se: depois de eleitas, essas deputadas ocupam postos importantes nas estruturas da Câmara dos Deputados? E assim, como foi a ocupação dos cargos de presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, pelas deputadas federais, na 52^a a 54^a legislaturas⁴? Além disso, em quais comissões permanentes elas conseguiram ocupar a presidência e em quais ficaram restritas às vice-presidências? Em que tipo de comissões elas ocuparam a presidência e a vice-presidência? Qual é o perfil prosopográfico⁵ dessas parlamentares que estiveram na presidência e vice-presidências das comissões permanentes?

A atuação feminina dentro das comissões permanentes é um campo a ser investigado. O presente estudo apresenta uma visão de como as deputadas federais da 52^a a 54^a legislaturas ocuparam cargos como a presidência e vice-presidências de comissões permanentes e coloca em evidência o tema dos papéis desempenhados por elas. Estudar as características das que foram presidentes e vice-presidentes levou à construção de um perfil coletivo através do qual é possível apreender como a representação política ocorreu nessas comissões. Isso pode gerar novas formulações no sentido de ações de inclusão feminina nas instituições políticas.

O artigo está organizado em quatro partes, além desta introdução. A primeira traz a definição dos conceitos gênero e elite parlamentar e adota a representação política especial para grupos como fundamentação teórica juntamente com as teorias da redistribuição econômica, do reconhecimento identitário e do “teto de vidro”. A segunda descreve os procedimentos

³ PEC 590/2006: Dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (ERUNDINA, 2006).

⁴ Esse período contempla 12 eleições de presidência e vice-presidências nas comissões permanentes, uma vez que elas ocorrem anualmente. A 52^a legislatura engloba o período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2007; a 53^a de fevereiro de 2007 a janeiro de 2011, e, a 54^a de fevereiro 2011 a janeiro de 2015.

⁵ O perfil prosopográfico, para fins deste trabalho, é considerado o perfil coletivo das deputadas federais que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes, construído a partir de informações individuais que foram aglutinadas e possibilitaram chegar a um perfil do grupo, conforme será descrito na metodologia.

metodológicos. A terceira analisa a ocupação das deputadas federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes, considerando os aspectos formais e informais que permeiam as escolhas para esses cargos. A quarta traz algumas informações sobre o perfil prosopográfico deste grupo parlamentar feminino. Por último, são apresentadas as conclusões.

2 As Deputadas Federais Brasileiras e a Representação Política na Câmara dos Deputados

2.1 O Conceito de Gênero

Gênero é um conceito que pode ser utilizado como categoria de análise e possibilita entender como são produzidas e geradas as desigualdades sociais, como se constroem as estruturas de hierarquias e como ocorrem as situações de dominação entre homens e mulheres (SCOTT, 2008). Ou seja, por meio do conceito de gênero é possível compreender como as assimetrias entre homens e mulheres se estruturam na sociedade.

Scott conceitua gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e também uma “forma primeira de significar relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Para esta autora, o conceito gênero é relacionado às diferenças entre homens e mulheres e integra as relações sociais, o que faz com que outros elementos sejam inerentes a ele. Ela explica que o conceito deve abranger uma visão ampla que inclua sistemas, como o econômico, o mercado de trabalho e o sistema político (SCOTT, 1989).

Ela ensina que “o gênero é uma forma primária das relações simbólicas de poder” (SCOTT, 2008, p. 65). Por exemplo, o poder se externaliza ao deter o controle de recursos materiais e econômicos, obter o controle na indicação de cargos importantes como a presidência de comissões, ocupar espaços de destaque. Essas situações são vivenciadas na política. É possível inferir que as relações de gênero são intrínsecas ao mundo político, onde o poder se materializa em atos, palavras, ações e símbolos.

Bourdieu explica que a sociedade funciona como uma gigantesca máquina simbólica que tem como tendência ratificar a dominação masculina, estruturada na “divisão social do trabalho”, nas atribuições das atividades consideradas de homens e de mulheres que são incorporadas nas ações e percepções como *habitus*, sendo reforçadas em locais como as instituições sociais, igrejas, escolas, família e no próprio Estado, exercidas através de uma violência simbólica (BOURDIEU, 2012).

Pelo *habitus*⁶ os homens ocupariam locais públicos como assembleias e mercados, e as mulheres o espaço da casa, do lar (BOURDIEU, 2012). Tanto o *habitus* quanto as lutas simbólicas acabam sendo incorporadas e naturalizadas entre homens e mulheres, e se externalizam nas estruturas. É possível que os processos de socialização diferenciada

⁶ De acordo com Bourdieu “[...] incorporamos sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação” (2012, p. 13).

contribuam para isso, pois geralmente reforçam a dominação masculina. Esses processos ocorrem desde o nascimento, onde são utilizadas roupas com cores diferentes e brinquedos distintos para meninas e meninos, e passam a ser reforçados socialmente nos diversos espaços, dentre os quais o político⁷.

Pelo exposto, verificou-se que gênero pode ser utilizado enquanto categoria de análise das relações sociais e seu conceito pode explicar as desigualdades entre mulheres e homens, englobando o processo de socialização diferenciada que é reforçado pelas famílias e instituições, nos espaços público e privado. Para fins deste trabalho, gênero é compreendido como uma construção social que pode ser modificada pelas relações humanas de acordo com cada sociedade. O termo encontra-se relacionado com o poder, o qual estrutura e constitui relações, inclusive, no campo político.

2.2 O Conceito de Elite Parlamentar

Débora Messenberg define a elite parlamentar brasileira como “um grupo seletivo de congressistas, cujos membros se destacam dos demais participantes do Congresso Nacional em função das posições que ocupam, dos interesses que representam e/ou da reputação alcançada” (MESSEMBERG, 2007, p. 311). Segundo a autora, esses parlamentares de elite apresentam certas condicionantes relativas à ocupação de lugares-chave junto ao Legislativo, representam interesses sociais ou institucionais e possuem certas características específicas, que são reconhecidas entre os membros como sendo típicas de uma liderança (MESSEMBERG, 2007).

A autora utilizou quatro critérios para selecionar os parlamentares que fariam parte deste grupo de elite: aqueles que ocuparam cargos estratégicos, como a presidência e secretaria de mesas diretoras, lideranças partidárias ou de governo; aqueles que exerceram a função de relatoria ou autoria de proposições importantes que se converteram em lei; aqueles que foram presidentes de comissões permanentes, especiais ou de CPIs, e, por fim, aqueles que foram indicados em *survey* por outros congressistas como membros de elite (MESSEMBERG, 2007). Ela considerou o requisito de presidência de comissões um dos critérios para ser enquadrado como elite, o que vai ao encontro do que se propõe para este trabalho: analisar onde estão as mulheres nas presidências e vice-presidências das comissões permanentes e quem são elas.

Para fins deste estudo, considera-se como um tipo de elite parlamentar o grupo de deputadas que conseguiu ocupar a presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, porque, de alguma forma, elas se destacaram e foram indicadas para ocupar tais postos e porquanto este é um critério de análise das elites.

⁷ Barros refere que o processo de socialização diferenciada para as mulheres se reflete no campo político por meio da sub-representação feminina, que ocorre por diversos fatores, tais como os culturais, institucionais e estruturais. Para o autor, “[...] as mulheres, portanto, são vistas e se veem como inabilitadas politicamente devido ao processo de dominação simbólica, que é inerente às formas de dominação masculina que servem de base para a socialização política” (2015, p.189).

2.3 Representação Política Especial para Grupos

Enfocando a importância da relação dos representantes com os representados, Iris Marion Young (2006, p. 158-159) explica que uma pessoa pode ser representada de três formas: “interesses, opiniões e perspectivas”, embora ela ressalve que possa ter outros modos. Ela define “interesses” como sendo algo que afeta ou é importante para a vida da pessoa ou para as metas e finalidades das organizações. Assim, considera como parte da democracia comunicativa a organização das pessoas com interesses parecidos para obtenção de influência política e a realização de pressão política a fim de que sejam atendidos os seus interesses.

“Opiniões” seriam “[...] princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa na medida em que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas e quais fins devem ser buscados” (YOUNG, 2006, p. 159-160). Segundo Young, a forma mais comum para a representação das opiniões ocorre por meio dos partidos políticos, os quais elaboram seus programas partidários onde expressam suas opiniões, princípios e valores.

Para ela a “[...] perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições de que neles ocupam” (YOUNG, 2006, p. 164). A autora cita o exemplo de um senador americano acusado de assédio sexual por várias assessoras. Seus colegas entenderam que não havia necessidade de investigação por sua influência e pelos trabalhos prestados ao órgão. As senadoras e deputadas de diversos partidos possuíam opiniões diferentes, porém, se uniram diante de uma mesma perspectiva: pressionar o Senado para investigar o caso (YOUNG, 2006). Com esse exemplo ela mostra que a perspectiva social de um grupo, no caso o das mulheres, mesmo com divergências foi unificada em torno de uma perspectiva comum: a apuração dos fatos.

Ela defende que para a igualdade política sejam tomadas medidas que façam a inclusão de grupos e minorias sociais, os quais não teriam suas perspectivas presentes nas discussões se forem excluídos. A inclusão desses grupos marginalizados pode ser alcançada de diversas formas, dependendo da situação política, da natureza da segmentação social, dos arranjos e permutas existentes. Para esses grupos específicos, como opção temporária, poderia ser feita a reserva de um determinado número de cadeiras em um órgão eletivo. As cotas para as mulheres em convenções partidárias poderiam ser a alternativa (YOUNG, 2006).

Com relação à representação especial de grupos, apesar de ser tema controverso, não deixa de ser uma forma eficaz de incluir diferentes perspectivas na tomada de decisões políticas, tornando os espaços de decisão, de certa forma, mais representativos e mais responsivos porque incorporam grupos sociais diversos (SACCHET, 2012). Inclusive, a representação feminina e de minorias nos Parlamentos serve como indicador para mensurar a qualidade da democracia (LIJPHART, 2003).

Alguns autores defendem que “[...] a discriminação que exclui as mulheres da democracia representativa, independentemente de ser formal ou informal, rebaixa a qualidade da democracia, e, no caso do Brasil, compromete a inclusão requerida pelo princípio da igualdade política” (MOISÉS; SANCHEZ, 2014, p. 99). A representação feminina nos Parlamentos pode ser vista como importante contribuição para o fortalecimento da democracia. Os grupos de mulheres poderão ter sua perspectiva presente nos debates se tiverem representantes femininas e feministas⁸ atuando no Legislativo, ou seja, a presença física de mulheres conjugada com uma política de ideias.

A discussão sobre a importância de uma política de ideias ou uma política de presença é feita também por Phillips (2001). Ela considera inadequada uma representação baseada apenas em uma política de ideias ou apenas em uma política de presença. A autora defende que uma representação equilibrada incorpora tanto a política de ideias – que pode ser feita por homens e por mulheres, quanto a política de presença. Esta é garantida pela presença física de grupos que estão, em geral, excluídos dos debates.

Para fins deste artigo, com relação à representação política, adota-se o ponto de vista de Young (2006), que defende a representação especial de grupos, apesar de críticas que este tipo de representação pode suscitar. Considera-se que a representação especial de grupos, como o de mulheres, pode ser um meio de tornar a representação política mais equilibrada. E é com base nessa premissa que será efetuada a análise da ocupação de cargos de presidente e vice-presidente em comissões permanentes na Câmara dos Deputados.

2.4 As Mulheres na Política Brasileira: a Redistribuição e o Reconhecimento no Fortalecimento da Representação Política Feminina

O processo de dominação simbólica, descrito por Bourdieu (2012), indica que as mulheres, historicamente, estiveram mais vinculadas ao espaço privado, enquanto os homens ocuparam o espaço público. A ocupação diferenciada dos espaços público e privado contribuiu para que as mulheres ficassem mais afastadas do campo político, o qual, ao longo do tempo foi se naturalizando como área de predominância masculina.

A probabilidade de uma mulher, que mora com o seu cônjuge ou parceiro, ser responsável pela maior parte da execução de tarefas domésticas é sete vezes maior do que os homens, e, isso também se repete com relação ao cuidado com a prole (FOX; LAWLESS, 2012). Ainda recai sob responsabilidade feminina o cuidado com os filhos e a realização de tarefas domésticas, ambas, embora em diferentes graus, demandam tempo e atenção, reduzindo

⁸ O fato de ser uma representante mulher não garante que se incorporará à bandeira feminista ou que assuma a discussão de temas voltados à família, à saúde, à educação, nem que se posicione pela igualdade na divisão de tarefas domésticas ou que defenda responsabilidade igualitária entre mulheres e homens nas atribuições da esfera privada. Porém, é importante que haja representantes mulheres preferencialmente com conhecimentos feministas, para que possam aprofundar as discussões de gênero.

assim a disponibilidade feminina de tempo livre. Este é um dos fatores que influenciam as disputas políticas. A autopercepção de não se considerar suficientemente qualificada para concorrer a um cargo eletivo é outro fator que contribui para o reduzido quantitativo de candidaturas femininas nas disputas eleitorais (FOX; LAWLESS, 2012).

Outras causas que limitam a participação das mulheres na representação política: (a) as condições socioeconômicas desfavoráveis às mulheres como o desemprego e discriminações salariais; (b) o acesso ainda restrito às políticas públicas; (c) o pequeno apoio partidário tanto na escolha das candidatas quanto no financiamento de suas campanhas; (d) o reduzido capital político e cultural decorrente da pouca experiência política; (e) a existência de discriminação com relação às candidatas mulheres bem como a indiferença dos eleitores quanto à produção legislativa delas no Parlamento (VOGEL, 2012).

Ainda, o sistema eleitoral, os partidos políticos e o financiamento de campanhas são apontados como elementos limitantes para a competição feminina no campo político. O sistema eleitoral proporcional de lista aberta favorece candidatos que tenham recursos financeiros e capital político; a forte disputa entre candidatos fragiliza os partidos políticos, pois prevalecem os que possuem maior disponibilidade de recursos próprios para bancar sua campanha; de outro lado, os partidos políticos distribuem de forma desigual os recursos do fundo partidários e os tempos na mídia, o que dificulta o êxito das candidaturas femininas (MOISÉS; SANCHEZ, 2014).

Para superar alguns dos fatores limitantes o reconhecimento identitário e a redistribuição econômica são alternativas que podem contribuir para auxiliar na expansão da representação política feminina. Essas teorias são abordadas por Fraser (2007). A autora defende que, para haver uma paridade de participação, são necessárias duas condições: a distribuição dos recursos materiais e o reconhecimento. Com a distribuição dos recursos estaria assegurada a independência e voz das pessoas. A isso ela denomina de “condição objetiva” da paridade participativa (FRASER, 2007, p. 119). Com o reconhecimento as pessoas estariam em situação de igualdade e respeito, o que levaria ao alcance de estima social. A isso a autora denomina de “condição intersubjetiva” de paridade participativa (FRASER, 2007, p. 119).

Com base nas teorias da redistribuição econômica e do reconhecimento identitário pode-se pensar a relação das mulheres com a política. No que tange à redistribuição, pode-se supor uma melhor redistribuição econômica entre mulheres e homens pode equilibrar mais a participação política, uma vez que a utilização de recursos financeiros pode impactar nas disputas políticas⁹.

⁹ Por exemplo, na campanha de 2006, em média, as mulheres arrecadaram R\$ 70.639,00 e os homens R\$ 128.374,00, ou seja, em média elas arrecadaram 45% a menos do que os homens; nas eleições de 2010, o percentual médio de arrecadação delas foi de R\$ 107.281,00 e o deles R\$ 234.776,00, significando que a arrecadação delas foi 54% menor do que a deles; ainda, elas obtiveram menor apoio financeiro partidário para suas campanhas em comparação com os candidatos do sexo masculino (SACCHET, 2011).

No que diz respeito à questão do reconhecimento identitário, ele também parece ser elemento necessário no campo político. É provável que as mulheres necessitem de reconhecimento da população a fim de que consigam obter votos suficientes para que sejam eleitas ou reeleitas, e de que necessitem de reconhecimento dos parlamentares e, principalmente, das lideranças partidárias para que, depois de terem alcançado uma cadeira no Parlamento, possam ser indicadas para ocupar lugares de destaque nas estruturas internas, tais como na Mesa Diretora e nas presidências de comissões permanentes e assim fortalecer seu capital político.

2.5 O “Teto de Vidro”

O fenômeno do “teto de vidro” representa as barreiras que as mulheres enfrentam para chegar a altos cargos. O termo teto de vidro ou “*glass ceiling*” foi criado para “descrever as barreiras artificiais e invisíveis criadas por preconceitos comportamentais e organizacionais que bloqueiam as mulheres para acesso a altos cargos executivos” (WIRTH, 2001, p. 1). Significa uma representação simbólica das barreiras, que são sutis transparentes e ao mesmo tempo fortes, enfrentadas pelas mulheres executivas para ascender a altos cargos de comando nas organizações empresariais (SANTOS; TANURE; CARVALHO NETO, 2014).

Vaz (2013) utilizou o conceito para demonstrar que o teto de vidro também é encontrado no setor público brasileiro, em que decresce a presença feminina nos níveis mais altos dos cargos de DAS, situação que também ocorre em instituições de ensino e pesquisa. Segundo a autora, no setor público do Brasil são encontradas réplicas de segregações tradicionalmente encontradas na sociedade, que afastam as mulheres de cargos de poder. Elas ainda vivenciam conflitos para conciliar a vida pessoal com a profissional, pois ainda lhes cabe a responsabilidade de cuidados da prole, na tradicional divisão de papéis. Agregado a isso também está a introjeção de normas de comportamento secularizadas de priorizarem a vida privada em detrimento da pública, condicionando-se a não serem tão competitivas. As estruturas dos órgãos públicos contribuiriam para manter o quadro de exclusão feminina (VAZ, 2013).

O fenômeno teto de vidro pode ajudar a compreender a presença ou a ausência das deputadas na presidência de certas comissões permanentes, porque permite indicar a existência de barreiras invisíveis para elas chegarem a altos postos motivo pelo qual será utilizada neste trabalho para analisar a ocupação de espaços internos na Câmara dos Deputados.

Diante destas considerações acerca de gênero, elite parlamentar, representação política especial para grupos e das teorias da redistribuição econômica, do reconhecimento identitário e do teto de vidro, na sequência passa-se à apresentação da metodologia adotada.

3 Metodologia

Com relação aos aspectos metodológicos, o universo da pesquisa é restrito à Câmara dos Deputados, envolvendo o período da 52^a, 53^a e 54^a legislaturas. Esta pesquisa é quali-

quantitativa, porque tem elementos de ambas naturezas.

Com relação à coleta de dados propriamente dita, para saber quem e quantas foram as deputadas presidentes e vice-presidentes em comissões permanentes foi enviado e-mail para a Câmara dos Deputados. Após, as comissões foram aglutinadas na tipologia *hard*, *soft* e *midle politics*, que são categorias descritas por Miguel e Biroli (2011) e Miguel e Feitosa (2009). A área da *hard politics* concentra os pontos mais relevantes do processo político, como o exercício do poder de Estado e a gestão da economia. De outro lado, na *soft politics* estão assuntos voltados mais à temática social. Por fim, na *midle politics* encontram-se temas mistos, como a Previdência Social, que inclui tanto questões relativas aos pensionistas bem como o equilíbrio das contas públicas (MIGUEL, BIROLI, 2011).

Utilizou-se essa tipologia de análise dos discursos elaborada por Miguel e Feitosa (2009) para separar as comissões permanentes da Câmara dos Deputados. As 22 comissões permanentes da Câmara dos Deputados¹⁰ foram enquadradas dentro das categorias *hard*, *midle* e *soft politics*, conforme quadro abaixo, com adaptações para este trabalho:

Quadro 1 - Divisão das comissões permanentes por categorias: *hard*, *midle* e *soft politics*

Comissões <i>Hard Politics</i>	Comissões <i>Midle Politics</i>	Comissões <i>Soft Politics</i>
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC); Comissão de Finanças e Tributação (CFT); Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC); Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); Comissão de Minas e Energia (CME); Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO); Comissão de Viação e Transportes (CVT).	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN); Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI).	Comissão de Educação (CE); Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); Comissão de Cultura (CCULT); Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU); Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF); Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA); Comissão do Esporte (CESPO); Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM); Comissão de Turismo (CTUR); Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), Comissão de Legislação Participativa (CLP) ¹¹ .

Fonte: as autoras (2017) com base em Miguel e Feitosa (2009).

Essa divisão permitirá verificar se (a) as deputadas estão na presidência de comissões que impactam mais a agenda política ou em outras que são menos disputadas, e (b) em quais comissões elas estão mais concentradas ocupando as vice-presidências.

Com relação à prosopografia, é “a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115). O termo também é compreendido como sinônimo de biografias coletivas (HEINZ, 2006; CHARLE, 2006).

¹⁰ A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência foi criada pela Resolução 01 em 26/02/2015, portanto, não será analisada uma vez que não integra a 54ª legislatura. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/2015/resolucaodacamaradosdeputados-1-25-fevereiro-2015-780184-norma-pl.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

¹¹ Há argumentos de que a CLP não seria tão atrativa quanto as demais comissões, uma vez ela possui uma função técnica, que é analisar as sugestões recebidas, e que seria sempre uma das últimas comissões a ser escolhida pelos partidos, o que significaria desprestígio (QUEIROZ, 2011, p. 24-25). Considerando os diversos argumentos postos e considerando, principalmente, o aspecto político, para fins deste trabalho, a CLP será enquadrada na categoria *soft*.

As Deputadas Federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados: quem são elas e como chegaram lá?

Para fins deste trabalho, assume-se prosopografia como um método para o estudo coletivo das características de um grupo de pessoas. No caso, serão estudadas as características do grupo de deputadas que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes na 52^a à 54^a legislatura.

A análise do perfil prosopográfico das deputadas será elaborada considerando os dados disponíveis na web, tais como os portais institucionais da Câmara dos Deputados, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), páginas pessoais de parlamentares e dicionários biográficos, como o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDHB/FGV), além de informações constantes no Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados de cada legislatura e em publicações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Para elaboração das biografias coletivas foi adaptada metodologia proposta por Braga e Nicolas (2008), para três grandes categorias: (a) perfil social e biográfico, (b) comportamento eleitoral, (c) trajetória política.

Com relação à categoria do perfil social e biográfico, em alguns itens, foi feita subdivisão, como o da naturalidade¹², escolaridade, religião, cor da pele, estado civil, número de filhos e a faixa etária. Para definição da escolaridade, religião, cor da pele e estado civil, considerou-se as segmentações utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010a; 2010b). Com relação ao número de filhos (as) ou enteados, serão segmentados conforme o quantitativo. No que tange às faixas etárias, categorizou-se a cada 9 anos, à exceção da faixa inicial, que começa nos 21 anos¹³.

No que tange à categoria do comportamento eleitoral, o valor total do patrimônio declarado (em reais) será classificado segundo tipologia adotada por Rodrigues (2009)¹⁴. O valor que as deputadas arrecadaram com a receita de suas campanhas, em reais, foi dividido em doações de pessoas físicas, doações de pessoas jurídicas e recursos próprios. O valor total que a própria candidata aplicou em sua campanha também foi dividido em faixas. Estas faixas darão indicativo a respeito da necessidade ou não de se ter recursos financeiros próprios para uma campanha eleitoral.

Relativamente à análise dos principais doadores pessoas jurídicas, serão aglutinadas as 10 maiores empresas¹⁵ que efetuaram doações diretas às candidaturas individuais nas

¹² Para a naturalidade será considerado se as deputadas são naturais de municípios do interior ou são provenientes da capital do Estado, que é utilizada por Messenberg (2007) quando estudou a elite parlamentar brasileira.

¹³ A idade mínima para ser deputado federal é de 21 anos (art. 14, § 3º, VI, 'c', CF/88). As faixas etárias para este estudo serão as de 21-29, 30-39; 40-49; 50-59, 60 e acima de 60 anos (BRASIL, 1988).

¹⁴ O autor divide as faixas patrimoniais em cinco categorias: baixo patrimônio - menos de 200 mil; médio-baixo - patrimônio 200 mil a menos de 500 mil; médio-alto patrimônio - de 500 mil a 2 milhões; alto patrimônio - mais de 2 milhões (RODRIGUES, 2009, p. 60).

¹⁵ São diversos os doadores pessoas jurídicas em cada campanha política, e cada doador pode aportar livremente valores sem que haja um teto mínimo ou máximo legalmente definido. Então, para fins deste estudo serão

campanhas eleitorais ocorridas no período. Os dados serão coletados das prestações de contas das eleições, efetuadas ao TSE, por cada uma das deputadas que foram presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes. O Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos doadores, constante na prestação de contas das deputadas, será lançado no site da Receita Federal para que se possa consultar a atividade principal.

Dentro da categoria trajetória política alguns itens foram subdivididos: o espectro partidário¹⁶, a existência de parentesco na política, o tipo de capital político, a experiência na área pública, a quantidade de reeleições para o cargo de deputada federal. No que tange ao partido pelo qual foi eleita, o espectro político partidário utilizado foi de “esquerda, centro e direita” que é uma classificação usual na literatura (MIGUEL; QUEIROZ, 2006; RODRIGUES, 2009; KRAUSE; GODOI, 2010¹⁷).

Ainda no que tange à trajetória política, os dados também serão analisados em quatro aspectos que podem favorecer a inclusão das mulheres no campo político e são associados ao tipo de capital político: (a) capital familiar, (b) capital oriundo da participação em movimentos sociais, (c) capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos e (d) capital convertido de outros campos (PINHEIRO, 2007).

4 As Deputadas Federais na Presidência e Vice-Presidência das Comissões Permanentes

A pessoa que exerce a presidência de uma comissão pode ser considerada uma figura importante porque – entre as várias atribuições previstas no art. 41 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015), tais como assinar correspondências, convocar e presidir as reuniões da comissão, dar conhecimento à comissão de todas as matérias recebidas, assinar pareceres – é quem decide a pauta, os projetos e demais proposições que serão votadas. Outra incumbência é definir os relatores dos projetos de leis que tramitam no campo daquela estrutura. São os atores políticos – principalmente os presidentes - que direcionam o funcionamento e o ritmo às comissões conforme lhe aprouver, tanto é que não há no Regimento Interno dispositivo fixando uma quantidade mínima de reuniões anuais ou indicando um número mínimo de proposições que devem ser analisadas durante o período de cada sessão legislativa ordinária anual.

No aspecto formal, cada comissão permanente é composta por um presidente e três vice-presidentes, eleitos pelo período de um ano, vedada a reeleição (art. 39, Regimento Interno) (BRASIL, 2015). O presidente será, nos seus impedimentos, substituído por um vice-presidente, na sequência ordinal. Isso quer dizer, que são mais remotas as possibilidades do 2º e

considerados apenas os 10 que aportaram os maiores valores para candidatas individuais em cada legislatura.

¹⁶ Para fins deste estudo serão considerados como: partidos de esquerda, PT, PDT, PSB, PPS, PCdoB, PV, PMN, PCB, PSTU, PCO e PSOL; no centro, PMDB e PSDB; na direita, PFL, PPB/PP, PTB, PL, PRONA, DEM, PSC, PR e PROS.

¹⁷ Na obra *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências* vários autores e autoras utilizam essa classificação.

As Deputadas Federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados: quem são elas e como chegaram lá?

3º vice-presidentes chegarem a assumir a presidência, porque antes deles, na sequência, assume o 1º vice-presidente. Porém, estar na 2ª e 3ª vice-presidência ainda assim é interessante, porque esses cargos carregam um poder simbólico¹⁸.

Entretanto, para além do aspecto formal, é preciso ressaltar que existem aspectos informais nas comissões permanentes, que não estão escritos, mas são cumpridos pelos parlamentares. As regras informais possuem duas características centrais: (a) regulação e limitação comportamental sem a existência de “um aparato legal, coercitivo e jurídico para que tenham efeito”, e, (b) são “socialmente compartilhadas geralmente não escritas, que são criadas, comunicadas e validadas fora dos canais oficialmente sancionados” (AGUIAR, 2015, p. 34). Essas regras informais podem influenciar para facilitar ou dificultar que deputados e deputadas acessem os cargos de presidente e vices nas comissões, afinal, grande parte do poder fica nas mãos dos líderes partidários¹⁹.

Aguiar (2015) ao realizar entrevistas com servidores da Câmara, assessores de plenário, chefes de lideranças partidárias, e ao analisar matérias publicadas no Jornal da Câmara, constatou a presença das regras informais na escolha da presidência das comissões permanentes da 54ª legislatura, expressas em “acordos” de lideranças, que, se descumpridos sujeitariam o infrator a punições. As regras informais contribuem para trazer segurança aos processos de escolha de presidentes de comissões. Com isso, pode-se dizer que as regras formais são importantes, mas não são exclusivas quando se trata das escolhas de presidentes de comissões, porque podem ocorrer acordos informais que influenciam significativamente o processo de escolha.

Desta forma, ao se considerar o campo político e a escolha da presidência e vice-presidências das comissões permanentes deve-se lembrar de que são permeadas tanto por normas formais como também pela existência daquelas informais, embora estas sejam realizadas de forma menos explícita do que aquelas, e podem contribuir para aproximar ou afastar as deputadas desses cargos, conforme se verificará na análise dos dados a seguir.

Muitas parlamentares ocuparam a presidência ou as vice-presidências várias vezes em cada legislatura. O número total de deputadas, excluídos os casos de reeleições, 55 deputadas federais (ver Quadro 2) ocuparam os cargos de presidente e vice-presidente de comissões permanentes. Inclusive, dentre esse grupo de elite de 55 parlamentares, 9 delas figuravam por diversas vezes na lista de “Os Cabeças do Congresso Nacional”, que é elaborada pelo DIAP (ver Quadro 3).

¹⁸ Bourdieu refere que “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

¹⁹ Os líderes partidários indicam os deputados e deputadas de seu partido que irão compor as Comissões (art. 28 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados). Assim, se o parlamentar tiver um bom relacionamento com o líder, é possível que tenha mais chances de ser indicado para uma comissão que é de seu interesse. Abreu Júnior (2009) apresenta os líderes partidários como personalidades centrais para negociar de projetos de leis, indicar deputados para os cargos e, inclusive, para o funcionamento do presidencialismo de coalizão.

Quadro 2 – Deputadas que fazem parte da pesquisa

DEPUTADAS	PARTIDOS
Alice Portugal	PCdoB/BA
Almerinda de Carvalho	PMDB/RJ
Ana Arraes	PSB/PE
Andreia Zito	PSDB/RJ
Angela Amin	PP/SC
Angela Guadagnin	PT/SP
Antônia Lúcia	PSC/AC
Celcita Pinheiro	PFL/MT; depois DEM/MT
Cida Borgheti	PROS/PR
Cida Diogo	PT/RJ
Dalva Figueiredo	PT/AP
Dra. Clair	PT/PR
Elcione Barbalho	PMDB/PA
Eryka Kokay	PT/DF
Fátima Bezerra	PT/RN
Fátima Pelaes	PMDB/AP
Flávia Moraes	PDT/GO
Francisca Trindade	PT/PI
Gorete Pereira	PL/CE; depois PR/CE
Iriny Lopes	PT/ES
Íris de Araújo	PMDB/GO
Jandira Feghali	PCdoB/RJ
Janete Capiberibe	PSB/AP
Janete Pietá	PT/SP
Jô Moraes	PCdoB/MG
Juíza Denise Frossard	PPS/RJ
Kelly Moraes	PTB/RS
Laura Carneiro	PFL/RJ
Lídice da Mata	PSB/BA
Liliam Sá	PROS/RJ
Luci Choinacki	PT/SC
Luciana Santos	PCdoB/PE
Luíza Erundina	PSB/SP
Maninha	PSOL/DF
Manuela D'Ávila	PCdoB/RS
Maria do Carmo Lara	PT/MG
Maria do Rosário	PT/RS
Maria Helena	PSB/RR
Maria Lúcia	PMDB/RJ
Maria Lúcia Cardoso	PMDB/MG
Mariângela Duarte	PT/SP
Marina Magessi	PPS/RJ
Neyde Aparecida	PT/GO
Perpétua Almeida	PCdoB/AC
Profª. Raquel Teixeira	PSDB/GO
Profª Marcivânia	PT/AP
Rebecca Garcia	PP/AM
Rose de Freitas	PMDB/ES
Selma Schons	PT/PR
Solange Amaral	DEM/RJ
Sueli Vidigal	PDT/ES
Terezinha Fernandes	PT/MA
Vanessa Grazziotin	PCdoB/AM
Zelinda Novaes	PFL/BA
Zulaiê Cobra	PSDB/SP

Fonte: as autoras (2017).

As Deputadas Federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados: quem são elas e como chegaram lá?

Quadro 3 – Os Cabeças do Congresso Nacional (2003 a 2014), segundo o Diap

DEPUTADA	ANOS DO PRÊMIO
Jandira Feghali	2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2013; 2014
Juíza Denise Frossard	2003
Luiza Erundina	2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013
Maninha	2005
Alice Portugal	2010; 2011; 2012; 2013; 2014
Vanessa Grazziotin	2010
Rose de Freitas	2011; 2013
Ana Arraes	2011
Manuela D'Ávila	2011; 2012; 2013; 2014

Fonte: as autoras (2017) com base em Diap (2015).

Verificou-se que estiveram na presidência e vice-presidências das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, na 52^a, 53^a e 54^a legislaturas, respectivamente, 33, 39 e 30 vezes as deputadas federais, o que totaliza a ocupação de 102 vezes nesses cargos durante essas três legislaturas. Os dados demonstraram que da 52^a para a 53^a legislatura houve um aumento na quantidade de deputadas indicadas para a presidência e vice-presidência das comissões permanentes, porém, na 54^a legislatura houve uma redução. Por que isso ocorreu? Houve atuação da Secretaria da Mulher para que fossem indicadas mais deputadas para as comissões permanentes nessa legislatura? Ou essa redução foi fato isolado que ocorreu somente na 54^a legislatura? Essas questões podem servir para futuras investigações.

Comparando-se a ocupação dos cargos nas comissões permanentes entre as deputadas e os deputados, proporcionalmente, para não gerar distorções, uma vez que o número de representantes femininas é menor do que o masculino, no período, tem-se percentuais diferenciados. Considerando-se o total geral, eles ocuparam 26% de vezes a presidência das comissões enquanto elas ocuparam 22%. Ou seja, no cômputo geral, eles se concentraram mais na presidência das comissões do que elas. Analisando como ocorreu a ocupação masculina dos cargos, no total geral, eles estiveram mais concentrados na presidência e na 1^a vice-presidência das comissões, com percentuais de 26%. Situação inversa ocorreu com elas, que ficaram mais concentradas na 3^a e 1^a vice-presidência, com percentuais, respectivamente, de 28% e 27%. Isso demonstra que em cargos menores, como a 3^a vice-presidência, elas estiveram presentes maior número de vezes.

Quanto à ocupação da presidência as deputadas conseguiram estar neste cargo nas comissões de CSPCCO, CDC, CDHM, CE, CINDRA, CLP, CREDN, CSSF, CTUR, CCULT e CDU. De um total de 22 comissões permanentes, elas estiveram na presidência dessas 11 comissões e ocuparam esse posto 22 vezes. De outro lado, estiveram ausentes da presidência, nestes doze anos, das comissões: CAPADR, CCJC, CDEIC, CFT, CFFC, CME, CVT, CCTCI, CTASP, CESPO e CMADS (Quadro 2).

Se for feita comparação da presidência com o cargo mais próximo na linha sucessória, que é o da 1^a vice-presidência, neste elas estiveram 28 vezes, ou seja, houve um acréscimo em comparação à presidência. Elas estiveram ocupando esse cargo em 11 comissões: CME, CSPCCO, CCTCI, CREDN, CTAPS, CDHM, CE, CINDRA, CSSF, CCULT e CDU. Percebe-se que elas estiveram em algumas comissões diferentes daquelas em que foram presidentes, como a CCTCI, a CME, e a CTASP. Na

CSPCCO, CDHM, CE, CINDRA, CREDN, CSSF, CCULT e CDU elas estiveram na presidência e na 1ª vice-presidência (Quadro 2).

Quando se observam os dados conforme a tipologia *hard*, *midle* e *soft politics* (Quadro 4) percebe-se que as deputadas estiveram na presidência de apenas uma das comissões *hard politics*, a CSPCCO, porém, ocuparam espaço nas vice-presidências, à exceção da CFT (nesta estiveram ausentes). Essa situação também ocorre nas comissões de *midle politics* em que elas estiveram ocupando a presidência em uma das comissões: a CREDN. De outro lado, elas estiveram nas três vice-presidências de todas as comissões *midle politics*. Nas comissões consideradas *soft politics* elas estiveram na presidência de quase todas as comissões deste grupo, exceto na CESPO e CMADS, ou seja, estiveram na presidência de nove comissões: a CDC, a CDHM, a CE, a CINDRA, a CSSF, a CTUR, a CCULT, a CDU e a CLP.

Quadro 4 – Presidência e vice-presidência das deputadas federais por comissão permanente e tipologia

Tipologia	Comissão	Nº Deputadas Presidentes	Nº 1ªVice-presidência	Nº 2ªVice-presidência	Nº 3ªVice-presidência
<i>Hard politics</i>	CAPADR	0	0	1	0
	CCJC	0	0	0	1
	CDEIC	0	0	1	0
	CFT	0	0	0	0
	CFFC	0	0	3	1
	CME	0	2	3	0
	CSPCCO	1	1	0	0
	CVT	0	0	0	1
Subtotal 1		1	3	8	3
<i>Midle Politics</i>	CCTCI	0	1	2	1
	CREDN	2	3	2	3
	CTASP	0	5	2	2
Subtotal 2		2	9	6	6
<i>Soft Politics</i>	CDC	1	0	0	0
	CDHM	3	3	4	3
	CE	3	4	2	3
	CESPO	0	0	0	0
	CINDRA	3	2	1	3
	CMADS	0	0	0	2
	CSSF	2	2	0	3
	CTUR	2	0	1	3
	CCULT	2	1	0	0
	CDU	2	4	0	1
	CLP	1	0	1	2
Subtotal 3		19	16	9	20
Total Geral		22	28	23	29

Fonte: as autoras (2017) com base em dados da Câmara dos Deputados.

É pertinente lembrar que a presença em uma comissão permanente ou até mesmo a ocupação da presidência depende da indicação partidária e dos acordos informais firmados. Pode-se dizer que os acordos políticos informais feitos pelos líderes partidários – que são majoritariamente homens – já incorporaram a dominação masculina ao praticamente não indicarem mulheres para ocupar a presidência de comissões *hard politics*, que são comissões consideradas de maior peso político. Talvez essa possa ser uma das explicações que justifique a maior concentração delas na presidência de comissões *soft politics* e a baixíssima presença de mulheres na presidência de comissões *hard politics*.

Outra explicação para a maior concentração delas na presidência de comissões *soft politics* é o fato de que nelas são abordadas temáticas naturalizadas como de responsabilidade “feminina”, como as questões voltadas para a educação, a saúde, a assistência social, assuntos que envolvem a família, associados à lógica de cuidados, compreensão, afeto; questões que, de certa forma, reproduzem a esfera privada como extensões da casa.

Entretanto, é preciso salientar que para as deputadas é um desafio “chegar às posições centrais do campo” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 109). Tarefa que nem sempre é fácil, uma vez que elas “atuam menos em áreas e temas tidos como de maior relevância, enquanto os homens estão mais presentes justamente nas áreas e temas que mais contribuem para a promoção de sua carreira política” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 14).

Isso é perceptível pela escassa presença delas seja na Mesa da Câmara, no Colégio de Líderes ou mesmo na presidência de algumas comissões permanentes. Em parte, tal fenômeno pode ser explicado pelo *habitus* constituído e pela violência simbólica²⁰ decorrente da dominação masculina (BOURDIEU, 2012), o que pode fazer com que fiquem em campos secundários na maior parte das comissões permanentes. Verificou-se que esse grupo de deputadas ocupou mais os campos das vice-presidências do que as presidências. E entre as vice-presidências, ficaram mais concentradas na 3ª vice-presidência, que é um espaço mais secundário no campo das comissões.

Os dados apresentados parecem evidenciar a existência de um teto de vidro, em que as deputadas encontram barreiras invisíveis para acessar as presidências e vice-presidências de comissões *hard politics*, atuando mais nas comissões *soft politics*. Nas três legislaturas em análise somente uma delas conseguiu ultrapassar esse teto de vidro e ser presidente da CSPCCO, que é *hard politics*.

Ainda, os dados indicam que elas estão mais concentradas na presidência de comissões *soft politics*. Estas comissões parecem concentrar temas com menor poder de barganha, se

²⁰ A violência simbólica pode ser entendida como a forma com que o dominante impõe suas ideias e seu poder ao dominado, de tal modo que é o equivalente ao que obteria se usasse a força. O dominante consegue se impor, por exemplo, pelo poder de suas palavras, pelos gestos, pelo uso de símbolos, de tal forma que essa imposição é considerada legítima, fazendo com que esse poder simbólico produza efeitos reais (BOURDIEU, 1989).

comparadas às *hard politics*, que são aquelas apontadas pela literatura²¹ como as que atuam em aspectos mais importantes do processo político, relacionadas ao poder de Estado e às questões econômicas. Parece que elas estão inseridas em um ciclo gendrado²², em que transferem ocupações naturalizadas como femininas no espaço privado para sua atuação no espaço público. Em outras palavras, saem da esfera privada para a pública, mas continuam a exercer papéis similares àqueles que exerciam na esfera privada relacionados aos cuidados, à família, à saúde.

Após análise sobre a distribuição das deputadas federais em cargos na presidência e vice-presidência de comissões permanentes, será apresentado o perfil coletivo das parlamentares brasileiras que ocuparam esses cargos de destaque na estrutura interna da Câmara dos Deputados na 52^a, 53^a e 54^a legislaturas.

5 Análise do Perfil Prosopográfico

5.1 Perfil Social e Biográfico

Entre os itens que compõe o perfil social, neste artigo, serão descritos apenas alguns, como os relativos ao número de filhos, estado civil e à profissão das deputadas federais brasileiras, presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52^a, 53^a e 54^a legislaturas, a fim de que se possa construir o perfil coletivo desse grupo de elite.

Com relação ao número de filhos²³, do total das 55 parlamentares em estudo (Quadro 5), encontrou-se informação relativa a 41²⁴. Destas 18% têm filho único; 31% são mães de 2 filhos; 16% de 3 filhos, 7% de 4 filhos e 2% delas possuem 5 filhos. Nenhuma delas tem mais de 5 filhos, e, 2% delas não possuem filhos ou enteados. As 13 parlamentares que não se obteve informação constituem 24% do grupo total. Percebe-se, entre aquelas das quais se obteve a informação, que uma parte significativa delas (49%) possui entre 1 e 2 filhos, ou seja, estão dentro da taxa de fecundidade média brasileira, que é de 1,72 filhos, conforme dados do IBGE²⁵.

²¹ Vide Miguel e Biroli (2011).

²² “O vocábulo gendrado, oriundo de gender (palavra inglesa para gênero), tem sido utilizado por feministas, na falta de um adjetivo correspondente ao substantivo gênero. Trata-se de um neologismo, incorporado do inglês (*gendered*) e ainda não dicionarizado. Pode-se falar em corpo gendrado para designar não o corpo sexuado, mas o corpo formatado segundo as normas do ser mulher ou do ser homem” (SAFFIOTI, 2011, p. 77).

²³ Os dados foram extraídos de duas fontes principais: o DHBB (FGV, 2015) e o Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2002; 2007; 2011). Também houve pesquisa em um portal institucional de Assembleia Legislativa Estadual, onde constaram informações do cônjuge e sua relação marital com uma deputada, uma vez que ela optou por não incluir tais dados em sua biografia. O referido portal continha informação sobre o estado civil e o respectivo quantitativo de filhos ou enteados do cônjuge. Outra deputada não informou no DHBB e no Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados seu vínculo com o cônjuge e a prole, mas foi possível a análise uma vez que seu cônjuge, também parlamentar, tornou pública a informação.

²⁴ De 13 delas não constou informação em nenhuma das fontes oficiais pesquisadas, porém, a ausência de informação não significa que elas não tenham filhos ou enteados, pode ser que preferiram não tornar público este tipo de informação.

²⁵ Vide IBGE Taxa de Fecundidade Total – Brasil – 2000 a 2015. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total>>. Acesso em 11 out. 2015.

As Deputadas Federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados: quem são elas e como chegaram lá?

Quadro 5 – Nº de filhos(as)/enteados(as) de deputadas presidentes e vices de comissões permanentes da 52ª à 54ª legislaturas

Quantidade de filhos(as) ou enteados (as)	Nº Absoluto	Percentual
Sem filhos(as) ou enteados(as)	1	2%
1 filho(a) ou enteado(a)	10	18%
2 filhos(as) ou enteado(as)	17	31%
3 filhos(as) ou enteado(as)	9	16%
4 filhos(as) ou enteado(as)	4	7%
5 filhos(as) ou enteado(as)	1	2%
Acima de 5 filhos (as) ou enteados(as)	0	0%
Sem informação	13	24%
Total	55	100%

Fonte: as autoras (2017) com base em FGV (2015), Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2002; 2007; 2011), além de um portal de Assembleia Legislativa Estadual.

No que diz respeito ao estado civil das deputadas (Quadro 6), majoritariamente, são casadas, correspondem a 49%. Em seguida, estão as solteiras, com 27%; 18% divorciadas, 4% viúvas e 2% separadas judicialmente. Conciliar a vida familiar com a política pode ser um dificultador, principalmente para as mulheres, que podem sofrer com cobranças pelas ausências, uma vez que a vida política é exaustiva, permeada por agendas intensas, inclusive aos finais de semana. Os dados mostram que a vida matrimonial parece não ter impedido aquelas casadas de chegarem à presidência de comissões, pois elas representam 49% do grupo em análise.

Quadro 6 – Estado civil das deputadas federais (52ª, 53ª, 54ª legislaturas) presidentes e vices de comissões permanentes

Estado Civil	Número absoluto	Percentual
Solteira	15	27%
Casada	27	49%
Separada judicialmente	1	2%
Divorciada	10	18%
Viúva	2	4%
Total	55	100%

Fonte: as autoras (2017) com base em dados do TSE (2015) e Câmara dos Deputados (2002, 2007, 2011).

De acordo com dados informados no site do TSE (2015), relativamente à profissão, 34,5% delas declararam ser deputadas; 14,5% professoras (de ensino federal, estadual ou municipal) ou pedagogas; 9,1% senadoras, deputadas ou vereadoras, 7,3% servidoras públicas dos diversos níveis. Em 3,6% há profissões como advogadas, empresárias, administradoras e médicas. Por último, representaram 1,8% as que dizem ter exercido profissões de bancárias, assistentes sociais, farmacêuticas e aposentadas.

Pode-se questionar: por que será que uma parte delas declarou sua profissão como deputada, senadora ou vereadora? Confrontando-se apenas as que se declararam como deputadas junto ao TSE com a declaração de profissão que efetuaram perante a Câmara dos Deputados, verificou-se que a maior parte dessas informou ser professora ou pedagoga, mas

também havia neste rol profissões como advogadas, empresárias, jornalistas, socióloga, fisioterapeuta, funcionária pública, radialistas, engenheiras elétricas. Será que possuíam a percepção de que suas profissões são menores? Ou será que declararam porque acreditam que a profissão de deputada é mais valorizada? Ou será que acreditam que ao TSE só importa os cargos políticos que exerceram? Possíveis respostas poderão ser obtidas em pesquisas futuras com entrevistas às parlamentares.

Quando se analisa a profissão das parlamentares com base nos dados constantes no site da Câmara dos Deputados, verifica-se que as informações são diferentes daquelas constantes no site do TSE (2015). Chama a atenção o fato de que 36% delas indicaram ter duas ou mais profissões. Dessas, a maior parte acumula uma função no magistério e outra (arquiteta, empresária, advogada, economista, etc.). Apareceram profissões que não constaram no site do TSE, tais como “do lar”, agricultora, fisioterapeuta e socióloga.

Com relação às profissões, a acumulação de funções como a de magistério parece colocar a escola como uma extensão da esfera privada e de responsabilidade feminina, porque foi naturalizada como função das mulheres a tarefa educativa. Ou seja, a ética do cuidado, típica da esfera familiar é aplicada também no campo profissional, o que indica a marca de uma cultura machista e patriarcal.

5.2 Comportamento eleitoral

Neste item será efetuada a análise do comportamento eleitoral das deputadas federais que foram presidentes e vice das comissões permanentes na 52^a a 54^a legislatura. Entre as informações coletadas, neste artigo serão apresentadas duas: o patrimônio pessoal declarado e o valor doado pela própria candidata a sua campanha.

Com relação ao patrimônio pessoal das deputadas federais, o TSE²⁶ não disponibilizou no site institucional informação relativamente à eleição de 2002, que corresponde à 52^a legislatura. Contudo, foi possível analisar os dados patrimoniais das deputadas relativamente às eleições de 2006 e de 2010, equivalentes à 53^a e 54^a legislaturas. Percebe-se que entre este grupo de elite preponderam aquelas deputadas com faixa patrimonial baixa (menor de 200 mil), que correspondem a 41%, seguidas por aquelas que estão na faixa médio-baixa (patrimônio pessoal de 200 mil a menos de 500 mil) com 32% (Quadro 7).

O fato de as deputadas estarem mais concentradas em faixas patrimoniais de baixo e médio-baixo patrimônio pode ter algumas explicações. Uma possível explicação é a comparação geral com os dados totais, em nível de Brasil, em 2013, das declarações do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) da Receita Federal da população brasileira. Os dados do órgão

²⁶ Enviou-se e-mail para o TSE solicitando as informações, o qual respondeu que os TREs estariam com os dados. Consultou-se os TREs, através da seção “fale conosco” e também por meio de “ouvidorias”, porém, a maior parte deles respondeu que o pedido deveria ser feito por petição protocolada na sede do órgão estadual, motivo pelo qual ficou inviável a obtenção de informação do patrimônio pessoal delas na 52^a legislatura.

As Deputadas Federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados: quem são elas e como chegaram lá?

mostram que, em relação a gênero, no total dos declarantes do IRPF, as mulheres possuem menos bens e direitos do que os homens. O valor médio de bens e direitos masculino corresponde a R\$ 271.553,70 enquanto que o feminino é de R\$ 147.452,91, ou seja, o valor médio de bens e direitos das mulheres corresponde a 54% daquele de propriedade masculina; o valor médio deles corresponde a quase o dobro do que o delas (RECEITA FEDERAL, 2013).

Outra possível explicação para o baixo patrimônio é a de que os seus bens podem não estar todos em seu nome, como ocorre com alguns políticos. Gois (2013) refere que há exemplos de políticos que transferem todo ou em parte seus bens para pessoas da família ou ‘laranjas’, com o objetivo de esconder o seu enriquecimento; outros deixam de declarar valores em contas bancárias (GOIS, 2013). Essa ressalva também é feita por Rodrigues (2006), inclusive, ele constatou que as deputadas possuíam patrimônio menor em relação aos deputados nos anos de 1998 e 2002 (RODRIGUES, 2006). Transferir o patrimônio para outros pode ser uma tática utilizada por políticos de ambos os sexos.

Quadro 7 – Patrimônio pessoal das deputadas presidentes e vices de comissões permanentes da 53ª e 54ª legislatura

Faixa patrimonial (em reais)	Percentual
Baixo patrimônio – menos de 200 mil	41%
Médio-baixo patrimônio – 200 mil a menos de 500 mil	32%
Médio-alto patrimônio – de 500 mil a 2 milhões	20%
Alto patrimônio – mais de 2 milhões	7%

Fonte: as autoras (2017) com base em TSE (2015) e Rodrigues (2009, p. 60).

Com relação às doações que as deputadas fizeram para suas próprias campanhas em 2002, 2006 e 2010²⁷, em resumo, preponderou a faixa 1, de nenhum aporte de recursos próprios nas campanhas. Porém, as que alocaram recursos próprios nas eleições de 2002, se concentraram, principalmente, em duas faixas, a 2 e a 5; nas eleições de 2006, as faixas foram a 2 e a 9, faixas com valores bastante diferentes, a 2 com valores baixos e a 9 com valores altos; nas eleições de 2010, a concentração maior foi nas faixas 9 e 10, que correspondem a valores mais elevados. A utilização de recursos pessoais em faixas mais altas pode ser indício de que estavam investindo mais fortemente na carreira de políticas profissionais.

A literatura (VOGEL, 2012; MIGUEL; BIROLI, 2011, 2014; SACCHET, 2011; SACCHET; SPECK, 2012) apresenta a questão financeira como uma das barreiras para o acesso das mulheres aos cargos políticos. Verifica-se que a utilização de recursos financeiros próprios, com as devidas ressalvas, pode contribuir para o sucesso eleitoral, porque elas teriam, além dos recursos partidários, parte do seu patrimônio pessoal para investir na campanha. Desta forma, a redistribuição financeira é um elemento que pode contribuir para fortalecer a representação feminina nos espaços políticos.

²⁷ As eleições de 2002, 2006 e 2010 foram correspondentes às deputadas eleitas para a 52ª, 53ª e 54ª legislaturas, respectivamente.

5.3 Trajetória Política

Este tópico trará elementos a respeito da trajetória política dessas deputadas que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes. Para tanto, analisou-se os partidos através do espectro político-partidário “direita, centro e esquerda”, o parentesco na política, a experiência na área pública e o tipo de capital político predominante em suas carreiras.

Relativamente ao espectro político-partidário, dividindo-se as 55 parlamentares com base nos partidos pelos quais foram eleitas em “direita, centro e esquerda”, verifica-se que aquelas pertencentes a partidos políticos “de esquerda” foram majoritárias, com 62%, enquanto que houve certo equilíbrio entre deputadas de partidos de “direita” e de “centro”, com 18% e 20%.

Os partidos de “esquerda” indicaram maior número de deputadas para os cargos de presidência e vice-presidência de comissões permanentes, no período em análise, do que os partidos de “centro” ou de “direita”. Isso pode ter ocorrido por elegerem maior número de parlamentares e terem maior força política para compor as comissões, ou por priorizarem a indicação feminina para esses postos de poder. Outro fator que pode ter influenciado é que os partidos de esquerda possuem organizações internas²⁸ de mulheres muito fortes.

Com relação ao parentesco, percebe-se que parte delas (36%) possui vínculo de parentesco²⁹ com políticos, seja por serem filhas de político ou casadas com políticos que foram prefeitos municipais, vereadores, secretários municipais ou estaduais, deputados estaduais ou federais, governadores ou senadores. Pondera-se que é significativo o percentual (64%) daquelas que não apresentam parentesco na política (Quadro 8). Uma resposta para esse fato pode ser encontrada na análise do tipo de capital político.

Quadro 8 – Parentesco na política – deputadas federais presidentes e vices de comissões permanentes da 52^a à 54^a legislatura

Parentesco na política	Nº Absoluto	Percentual
Sim	20	36%
Não	35	64%
Total	55	100%

Fonte: as autoras (2017) com base no Repertório Biográfico (BRASIL, 2002; 2007; 2011), DHBB (FGV, 2015) e DIAP (2015).

Pode-se dizer que alguns aspectos favorecem a inclusão das mulheres no campo político. Entre eles, quatro pelo menos são associados ao tipo de capital político: (a) capital

²⁸ Moisés e Sanchez constataram um aumento da participação de mulheres em órgãos executivos de partidos de esquerda e demonstraram que a ideologia e a estrutura partidária influenciam no acesso das mulheres a posições centrais na direção das estruturas partidárias de destaque nas direções. Os autores citam o exemplo de que partidos como o PT, PSB, PDT e PCdoB concederam mais oportunidades para as candidaturas femininas (2014, p. 104-105).

²⁹ Avelar explica que as elites tradicionais e as oligarquias utilizam-se das relações de parentesco para o preenchimento de cargos. Assim, essas mulheres que ascenderiam ao poder representariam os interesses elitistas locais e “[...] sua atuação nada tem a ver com as mudanças propostas pelas gerações de mulheres que lutaram pela estruturação de sua própria identidade política” (2001, p. 50).

familiar³⁰, (b) capital oriundo da participação em movimentos sociais³¹, (c) capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos³² e (d) capital convertido de outros campos³³ (PINHEIRO, 2007). Com alguns desses tipos de capital político é possível que as mulheres alcancem uma cadeira no Parlamento.

Para a análise utilizou-se o tipo de capital preponderante³⁴, ou seja, aquele capital que teve maior peso na trajetória política desse grupo de deputadas. A análise do tipo de capital político preponderante demonstra que a maior parte delas tem capital oriundo da participação de movimentos sociais (42%). Esse tipo de capital parece ser uma espécie de alavanca que conseguiu colocar em relevo maior percentual de deputadas do que aquelas com capital familiar (35%). Ou seja, é significativo o número de deputadas que consegue chegar à política tendo por base os movimentos sociais.

A maioria do grupo em análise tem experiência na área pública (Quadro 9). Tem-se 47% delas com experiência mista, tanto no Executivo quanto no Legislativo, ou seja, em sua trajetória política atuaram em cargos dentro dos dois poderes, o que talvez tenha contribuído para lhes acrescentar capital político e fortalecer sua atuação para que chegassem à Câmara dos Deputados. Evidentemente, não se pode desconsiderar o fato de que 35% delas possuem capital de origem familiar, e este tipo de capital também pode ter contribuído para que elas ocupassem cargos nesses poderes.

Verifica-se que 38% delas tiveram trajetória dedicada unicamente ao Legislativo. Quando se analisa a atuação no Executivo constata-se que somente 5% delas tiveram atuação exclusiva apenas nesse poder, enquanto 2% delas atuaram somente no Judiciário. Ou seja, prepondera no grupo aquelas que tiveram experiência de atuação em dois campos: no Legislativo e no Executivo.

³⁰ O capital familiar é uma forma de “poder tradicional”, entendido nos termos da concepção weberiana, como um poder fundado na figura do patriarca (WEBER, 2011, p. 30). Este tipo de poder decorre de laços familiares.

³¹ O capital oriundo da participação em movimentos sociais garante a eleição de mulheres que representam alguns setores específicos (PINHEIRO, 2007, p. 112). Os vínculos com os movimentos sociais e suas redes de articulação política permitem a eleição de deputadas consideradas de esquerda, que defendem de forma mais ostensiva a igualdade de gênero, os direitos das mulheres e outras causas consideradas feministas. É o que aponta Avelar, ao referir-se a essas mulheres eleitas por meio de movimentos sindicais e de mulheres “[...] quando ascendem ao poder, suas raízes levam a que privilegiem políticas voltadas às questões sociais, conforme suas bases de poder” (AVELAR, 2001, p. 146).

³² O capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos se converte em uma forma de *expertise*, que lhes confere um notório saber especializado, elas se sobressaem por acúmulo do saber técnico (PINHEIRO, 2007, p. 114).

³³ O capital convertido de outros campos é aquele se verifica, por exemplo, por ocasião da eleição de atletas, artistas ou pessoas de projeção na mídia (PINHEIRO, 2007, p. 115).

³⁴ Ressalva-se que os tipos de capital podem ser maleáveis e podem se alterar no decorrer do tempo. Das 55 deputadas, 14 delas apresentaram dois ou mais tipos de capitais, mas, nestes casos, para fins de análise, utilizou-se o tipo de capital que pareceu ser mais evidenciado em suas trajetórias.

Quadro 9 – Experiência na área pública: deputadas presidentes e vices de comissões permanentes da 52ª à 54ª legislatura

Experiência na área pública	Nº absoluto	%
Experiência no Poder Executivo	3	5%
Experiência no Poder Legislativo	21	38%
Experiência no Poder Judiciário	1	2%
Experiência mista (Poderes Executivo e Legislativo)	26	47%
Não teve experiência em cargos públicos	4	7%
Total	55	100%

Fonte: as autoras (2017) com base no Repertório Biográfico (BRASIL, 2002; 2007; 2011), DHBB (FGV, 2015) e DIAP (2015).

6 Conclusão

Verificou-se, no quadro que foi delineado neste artigo, que a ocupação de cargos como as presidências de comissões permanentes ocorre de forma diferenciada entre homens e mulheres. Constatou-se, por exemplo, que, nas três legislaturas, os deputados federais ocuparam a presidência de comissões permanentes 26%, enquanto as deputadas federais ocuparam esse cargo 22%. Elas estiveram mais concentradas na 1ª vice-presidência (27%) do que eles (26%). Com relação à 2ª vice-presidência, elas ocuparam 23% enquanto eles 24%. Na 3ª vice-presidência elas ficaram com 28% e eles com 25%, o que demonstrou certa assimetria na ocupação desses cargos.

No perfil prosopográfico, prepondera as que possuem 2 filhos (31%) e 1 filho (18%). O estado civil predominante no grupo é de parlamentares casadas (49%), seguido pelas solteiras (27%). Ou seja, quase 50% delas eram casadas, o que mostra que de alguma forma conseguiram conciliar a vida política com a vida matrimonial. A maioria delas exerce duas ou mais profissões e se destaca o grupo das que atuam no magistério, área naturalizada como atividade feminina, o que reproduz uma cultura patriarcal.

Sobre o comportamento eleitoral, percebeu-se, em comparação aos deputados, que elas estão mais concentradas em faixas patrimoniais consideradas baixas (menos de 200 mil reais), o que vai ao encontro da necessidade de que haja uma melhor redistribuição econômica entre homens e mulheres. Na análise da trajetória política verificou-se a predominância de deputadas de partidos políticos “de esquerda”, o que pode ser indicativo que nestes partidos elas consigam ter mais espaço para ocupar cargos importantes, como as presidências e vice-presidências de comissões permanentes.

Com relação ao tipo de capital, verificou-se que predomina aquelas que têm trajetória política oriunda da participação de movimentos sociais (42%), e, em seguida, aquelas que possuem capital familiar por parentesco com políticos (35%). A maior parte das deputadas que foi presidente e vice-presidente de comissões permanentes possui experiência na área pública.

Com relação à gênero, pode-se concluir que o mundo político apresenta barreiras invisíveis (teto de vidro) que dificultam o acesso das mulheres. Uma vez vencida essa barreira,

aquelas que chegam à Câmara dos Deputados podem se deparar com outros tetos de vidro para conseguir ocupar altos postos nas estruturas internas, como, por exemplo, a presidência de comissões permanentes. Pode-se dizer que a presença das mulheres é permitida, mas, de certa forma, é barrada na presidência de comissões *hard politics*. Os dados demonstraram quase ausência total delas na presidência dessas comissões durante as três legislaturas estudadas, uma vez que as eleições para as presidências de comissões ocorrem anualmente. A escolha de presidentes de comissões *hard politics* pode refletir uma vertente do teto de vidro chamada discriminação por preferência, quando são indicados deputados em vez de deputadas para essas comissões. Essa hipótese precisa ser aprofundada em pesquisas futuras.

Quanto à representação política pode-se concluir que as deputadas ficaram circunscritas mais a comissões *soft politics*, cujos temas são vinculados, tradicionalmente, como de responsabilidade feminina, envolvendo temáticas nas áreas de saúde, cuidado com os filhos, etc. Esses temas parecem ter um menor poder de barganha, quando comparados aos abordados nas comissões *hard politics*.

Entre as que chegaram à presidência e vice-presidência das comissões, a maior parte delas é casada, o que pode dificultar conciliação entre a vida familiar e a política, mas isso não as impediu de estarem no campo político. Com relação aos recursos para a campanha, eles podem ser um fator que contribui para o êxito de uma candidatura, assim, parece ser importante que as mulheres detenham recursos próprios e partidários para aplicar nas suas campanhas, caso decidam entrar no campo político ou permanecer nele.

Na análise sobre “poder”, percebeu-se que, nas legislaturas em estudo, poucas mulheres foram eleitas para a Câmara dos Deputados e poucas são escolhidas ou indicadas para ocupar a presidência de comissões. Parece que os temas femininos são considerados periféricos e não interferem muito nas estratégias, já consolidadas, que priorizaram os homens nesses espaços políticos. O poder de barganha das deputadas no jogo político parece ser pequeno em comparação ao dos deputados.

Ao finalizar esta pesquisa percebe-se que algumas das mulheres que ultrapassaram o teto de vidro e chegaram aos cargos de presidente e vice-presidente das comissões conseguiram manter a estrutura familiar (casamento e filhos), conciliando com o mundo político, alcançando postos elevados nas comissões (a maior parte de *soft politics*), porém também é perceptível a força das ideias patriarcais que ainda permeiam a sociedade e influenciam o espaço público, uma vez que concentra, majoritariamente, os deputados homens em cargos de comissões *hard politics*.

Sugere-se que sejam feitos novos estudos sobre a temática de gênero na Câmara dos Deputados, inclusive incorporando a realização de entrevistas com essas parlamentares para captar suas percepções a respeito da representação política. Estudos utilizando gênero enquanto categoria de análise podem contribuir para que se tenha um panorama mais completo de fatores

limitantes e gargalos encontrados pelas mulheres para acessar e ocupar espaços no concorrido mundo político.

Referências

- ABREU JÚNIOR, Diogo Alves de. **As lideranças partidárias na Câmara dos Deputados**. 2009. Monografia (Especialização em Processo Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Câmara dos Deputados, Brasília, 2009.
- AGUIAR, Osmar de Oliveira. **As regras informais e o processo decisório na Câmara dos Deputados**. 2015. Dissertação (Mestrado em Poder Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Câmara dos Deputados, Brasília, 2015.
- AVELAR, Lucia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; UNESP, 2001.
- BARROS, Antonio Teixeira de. Internet e política para mulheres: análise dos websites das parlamentares da Bancada Feminina do Congresso Nacional. **Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, n. 12, p 183-211, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- _____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRAGA, Sérgio Soares; NICOLAS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 107-130, jun 2008.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Deputados brasileiros: repertório biográfico: 52ª legislatura 2003/2007**. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 2002. (Série fontes de referência. Deputados. Repertório biográfico, 7).
- _____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Deputados brasileiros: repertório biográfico: 53ª legislatura 2007/2011**. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 2007. (Série fontes de referência. Deputados. Repertório biográfico, 8).
- _____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Deputados brasileiros: repertório biográfico: 54ª legislatura 2011-2015**. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 2011. (Série fontes de referência. Deputados. Repertório biográfico, 9).
- _____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Regimento interno da Câmara dos Deputados [recurso eletrônico]**. 15. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. (Série textos básicos, 103). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18847>>. Acesso em: 23 ago. 2015.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.
- _____. Receita Federal. **Grandes números IRPF: Ano-Calendário 2013**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/grandes-numeros-dirpf-capa>>. Acesso em: 12 out. 2015.
- _____. **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 1 maio 2015.
- CHARLE, Christopher. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: HEINZ, F. M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

As Deputadas Federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados: quem são elas e como chegaram lá?

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). Disponível em: <<http://www.diap.org.br/>> Acesso em: 30 out. 2015.

ERUNDINA, Luiza. **PEC 590/2006**: Proposta de Emenda à Constituição. 21 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=339287>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 8, p. 129-163, maio/ago. 2012.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

GOIS, Chico de. **Os ben\$ que os políticos fazem**: histórias de quem enriqueceu durante o exercício dos mandatos. São Paulo: Leya Brasil, 2013.

HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo demográfico: 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45700.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro Paulo Alves. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: UNESP, 2010. p.41-97.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, maio/ago. 2007.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Unesp, 2011.

_____.; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, mar. 2009.

_____.; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, maio/ago. 2006.

MOISÉS, José Álvaro; SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Representação política das mulheres e qualidade da democracia: o caso do Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade**: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. (Série Documentos).

QUEIROZ, Marcos Augusto de. **Dez anos de CLP: legislação participativa ou participação legislativa?** 2011. Monografia (Especialização em Curso de Processo Legislativo,) – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Brasília, 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/9028#>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

RODRIGUES, Fernando. **Políticos do Brasil: uma investigação sobre o patrimônio declarado e a ascensão daqueles que exercem o poder.** São Paulo: Publifolha, 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub) representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise; BEZERRA, Heloísa Dias. **Mulheres, poder e política.** Goiânia: Cãnone Editorial. 2011.

_____. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 399-431, ago. 2012.

_____.; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, jun. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANTOS, Carolina Maria Mota; TANURE, Betania; CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. Mulheres executivas brasileiras: O teto de vidro em questão. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 16, n. 3, , p. 56-75, set./out./nov./dez. 2014.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero e história.** México: FCE, 2008.

_____. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** New York: Columbia University Press, 1989.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 765-790, dez. 2013.

VOGEL, Luiz Henrique. **A difícil inserção: voto feminino e as condições sociais de acesso ao campo político no Brasil (1932-2012).** Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11494#>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações.** 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WIRTH, Linda. **Breaking through the glass ceiling: women in management.** Geneva: International Labour Office, 2001.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

Artigo recebido em: 13/09/2016

Artigo aceito para publicação em: 22/10/2016